



ANAIS

**XI Seminário Internacional Práticas Religiosas no
Mundo Contemporâneo
XI Colóquio Nacional Cultura e Poder
X Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos
sobre Religiões e Religiosidades
VI Simpósio Regional da ABHR/Sul**

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2025

**GT 1 - (Interfaces entre Religiões e Política na
Contemporaneidade)**

O TERRITÓRIO REPRESENTA O PODER MATERIALIZADO NO ESPAÇO: UMA ANÁLISE ACERCA DO CATOLICISMO

Evandro Del Negro da Silva (Unicentro - CEDETEG) ¹

Resumo: O objetivo desta pesquisa é discutir o fenômeno do poder, com base no território religioso e político, fornecendo algumas ferramentas para compreender as relações socioespaciais, uma vez que são os atos coletivos ou individuais dos indivíduos que formam as diversas características culturais de uma sociedade. A pesquisa se inicia conceituando as categorias geográficas, para auxiliar na compreensão do mundo em que vivemos. Assim, o território e a sua usabilidade na temática religiosa e política têm como anseio fundamentar a princípio o território político, tendo como teóricos Ratzel (1889) e Gottmann (1975). Posteriormente, o território religioso e suas correlações com o simbólico, tendo Eliade (1992), Rosendahl (1996, 2010 e 2011) como base teórica. A pesquisa foca no catolicismo, principalmente no movimento da Renovação Carismática Católica - RCC, tendo como base a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, (1999) e a cartilha do movimento, voltada ao ministério de Fé e Política, (2024), por ser necessário compreender os agentes de poder que delimitam/edificam o território. Desde modo, o poder exercido através do cunho religioso para o político, (não o contrário), exemplifica a realidade de muitos territórios em nossa realidade atual, onde as concepções de territórios políticos se consolidam através das territorialidades religiosas e os seus discursos.

Palavras-Chaves: Poder. Religião. Política. Território. Catolicismo.

INTRODUÇÃO

Conceituar o território e suas representações faz parte da ciência geográfica, exemplificar a ação do poder materializado no espaço, realizando uma análise crítica sobre o catolicismo, tendo como foco a disputa entre os poderes (religioso-político) sob o território, e um personagem fundamental para essa conjuntura, a Renovação Carismática Católica (RCC), sendo o agente que fomenta essa interação.

O propósito deste estudo consiste em examinar o fenômeno do poder, fundamentado nos domínios religioso e político, oferecendo instrumentos para a compreensão das relações socioespaciais, visto que são os atos coletivos ou individuais dos indivíduos que configuram as diversas características culturais de uma sociedade. A pesquisa inicia-se com a conceituação de categorias geográficas, a fim de facilitar a compreensão do mundo em que estamos inseridos.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), campus do CEDETEG - Centro de Desenvolvimento Educacional e Tecnológico de Guarapuava. Atualmente, membro do Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES) e bolsista CAPES, evandronow@hotmail.com;

Dessa forma, o território e sua aplicabilidade nas esferas religiosa e política visam, inicialmente, estabelecer uma base para o entendimento do território político, tendo como referenciais teóricos Ratzel (1889) e Gottmann (1975). Subsequentemente, o domínio religioso e suas inter-relações com o simbólico, fundamentando-se nas obras de Eliade (1992) e Rosendahl (1996, 2010 e 2011), a investigação centra-se no catolicismo, com especial ênfase no movimento da Renovação Carismática Católica - RCC, ancorando-se na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB (1999) e na cartilha do movimento, orientada ao ministério de Fé e Política (2024).

Isso se torna imprescindível para a compreensão dos agentes de poder que circunscrevem e constroem o território. Assim, o poder exercido sob a influência religiosa em relação ao político (e não o inverso) ilustra a realidade de diversos territórios na contemporaneidade, onde as noções de territórios políticos se solidificam por meio das territorialidades religiosas e de seus discursos.

1 CONCEITUANDO O TERRITÓRIO POLÍTICO SOB A PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

O território é o produto do cercamento do espaço geográfico. No mundo compartimentado da geografia, a unidade política é o território. Seja o conjunto do território nacional de um Estado, seja as terras agrupadas em uma unidade que depende de uma autoridade comum e desfruta de um regime, o território é um compartimento do espaço politicamente distinto daqueles que o rodeiam. Quer seja um Estado soberano ou um país dependente, o território define a existência física desta entidade jurídica, administrativa e política.

Conforme a análise de Gottmann (1975), a formação do território se desdobra em três fases principais e interligadas: a) o surgimento da densidade populacional, que deu origem à pólis grega e às civilizações hidráulicas, como as do Egito e da Mesopotâmia; b) o surgimento do Império universal, que se inicia com a Constituição de Alexandre e se estende até o Império Romano; e c) a era da modernidade ocidental, representada pelo Estado Territorial, que começou a se manifestar com o declínio do feudalismo.

O conceito de território era utilizado para identificar a área que cercava uma cidade-estado, sob sua jurisdição, mesmo na ausência de um poder centralizado. Assim, esse conceito permitia a fragmentação do poder político, enquanto mantinha uma conexão entre território e

soberania; mas essa separação do poder começou a ser considerada inaceitável por princípio.

No entanto, Gottmann (1975) sinaliza que a noção de território como abrigo (território soberano) começou a perder relevância em face da tecnologia nuclear, do uso de aviões e satélites, do aumento das trocas comerciais, dos fluxos migratórios e da interdependência tecnológica. As várias redes formadas para facilitar a circulação questionam a validade do antigo conceito de Estado territorial.

A segurança, mais do que um simples abrigo, tornou-se uma preocupação global, conforme sublinha Gottmann (1975, p. 36).

se, certas funções, que eram consideradas como essenciais para o conceito de território, estão perdendo grande parte de sua importância, o território permanece uma preocupação fundamental da política contemporânea. É a natureza do conceito que muda; novos princípios dirigem agora a organização do território.

Com a relativização do abrigo que antes se considerava absoluto, o território passa a ser visto como um recurso estratégico, servindo como base para expansões políticas e comerciais que dominam a atualidade.

Assim, Gottmann conclui que a ideia de abrigo, que fundamenta soberanias exclusivas onde cada nação exerce controle sobre seu espaço, aos poucos se transforma em um mundo pautado por leis e direitos de intervenção, uma vez que a segurança, resultante da globalização, se torna uma questão mundial e não restrita a cada unidade territorial.

Contudo, segundo Gottmann, as leis e direitos de intervenção não podem anular a soberania nacional, uma vez que isso ameaçaria a essência do território político. A concepção de território como abrigo já se fazia presente nas ideias de Ratzel, que defendia que um vínculo sólido entre alimentação e moradia torna essencial para a sociedade preservar a propriedade do seu território.

Para o autor, a missão do Estado sempre seria a proteção do espaço contra ameaças externas que poderiam comprometer suas fronteiras. As concepções de Ratzel também propunha um vínculo entre a proteção e o comércio, argumentando que tarifas e acordos comerciais frequentemente visam defender o território.

Durante o final do século XIX e início do século XX, em meio ao auge do imperialismo, Ratzel enxergava a colonização como uma forma de proteção. Observa que, mesmo em níveis mais avançados de desenvolvimento político, persistia uma clara divisão de funções: a sociedade utiliza o território para garantir moradia e sustento, enquanto o Estado, por meio da força coletiva, assegura essa proteção.

Entretanto, ao contrário das ideias de Gottmann, que associam o abrigo ao povo, Ratzel liga a proteção à expansão do Estado e ao domínio do seu próprio território.

Para Ratzel, que concebe o Estado como um "organismo vivo" que "nasce, cresce e morre", os Estados em ascensão estariam "naturalmente" protegidos por sua própria força evolutiva, enquanto aqueles em declínio careceriam dessa função protetora. Este solo, que equivale ao território, representa uma base física constante e imutável, sobre a qual se desenvolveria a atividade social sob a supervisão e poder do Estado.

De fato, a análise de Ratzel apresenta uma visão desistoricizada do espaço, fundamentando-se em um paradigma evolucionista que se afasta da dialética histórica. Ignora as inovações na navegação transoceânica e a revolução dos meios de transporte que emergiram na segunda metade do século XIX, em uma Europa que estava se conectando por meio das ferrovias. Ratzel, ainda assim, argumenta que as “distâncias dos recursos” podem comprometer a força de uma nação.

Apesar das dinâmicas globais, o sistema econômico capitalista, desde sua origem e até os tempos atuais, depende de uma estrutura que envolve Estados territoriais soberanos interligados.

Ademais, a existência do território político é fundamental, pois estabeleceu as condições normativas e de infraestrutura que garantem o êxito dos investimentos, especialmente aqueles de grande magnitude.

Por meio de seus próprios investimentos, o Estado participa de uma divisão de funções que diminui os riscos associados aos grandes capitais, garantindo assim a perpetuação e a reprodução da desigualdade na distribuição de riquezas. No fim das contas, o Estado desempenha um papel de ilusão, promovendo a ideologia da harmonia social e a falsa promessa de mobilidade social. (SANTOS, 1978).

Em outras palavras, o Estado funciona como uma entidade que racionaliza a dominação sobre o território, o que leva a análise política em geografia a se concentrar no estudo das interações entre poder e espaço. Nessa dinâmica, o poder é associado ao Estado enquanto o território é considerado um fundo inerte, um cenário onde ocorre a manifestação do poder estatal.

Consequentemente, a clássica dicotomia sociedade/espaço se reproduziu, resultando na interpretação do território como meramente a designação política da área de um país. Esta visão limitou o conceito, pois fez com que toda a sua riqueza histórica e social fosse reduzida à figura do Estado.

Isolado de seu conteúdo essencial, o território passou a ser entendido apenas como uma área delimitada por fronteiras, perdendo assim a complexidade de seu caráter processual e o papel que desempenha na construção do futuro.

A análise do território como a base material do Estado moderno, ou seja, sua soberania na defesa de uma sociedade específica, continua sendo crucial e necessária, especialmente diante dos conflitos gerados pela exploração de recursos estratégicos e pela valorização distinta dos territórios em função do avanço do capitalismo (RIBEIRO, 2005).

Contudo, além dessa análise, surge uma nova perspectiva sobre o território, que não se limita apenas ao uso estatal, refletindo as interações da vida e mais relacionada ao espaço cotidiano.

No contexto político, conforme informações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2018), o congresso nacional tornou-se mais conservador após as eleições de 2018 em comparação com pleitos anteriores. Esta tendência "conservadora" está associada ao aumento no número de representantes evangélicos.

No ano de 2018, o país contava com 105 deputados e 15 senadores que faziam parte da Frente Parlamentar Evangélica. De um total de 33 partidos reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 20 tinham pelo menos um membro dessa frente, que afirma ser a voz de 31% da população que se declara evangélica. A relação entre conservadorismo e religião no Brasil resulta em uma nova definição do que significa ser conservador. Os grupos que apoiam a bancada religiosa incluem a bancada ruralista e a de segurança pública.

A presença de políticos religiosos em um estado laico suscita um debate mais profundo sobre a possível quebra desta laicidade. Além disso, ações como o perdão de dívidas de instituições religiosas levantam dúvidas sobre a imparcialidade governamental. É importante observar que tanto na política quanto na religião, o discurso predominante é conservador.

Quando se observa a perspectiva religiosa, frequentemente se realizam pesquisas sobre as comunidades evangélicas, especialmente considerando suas posturas em relação à Constituição de 1988, onde várias instituições, em especial as pentecostais, tentaram conquistar um espaço na arena política.

A Igreja Católica também participa deste movimento conservador, abrigando grupos como o de formação - Fé e Política, da Renovação Carismática Católica (RCC). Diversos políticos se elegeram com um discurso que se dizia defensor da Igreja, da Família e dos Bons Costumes.

Em contrapartida, ao movimento Pastoral da Igreja Católica, que está vinculado à

Teologia da Libertação - TL, houve apoio a múltiplos avanços no final do século XX, incluindo a criação do Partido dos Trabalhadores e as mobilizações pelas diretas já, além de lutas sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e outras iniciativas voltadas para o suporte à sociedade.

Dessa forma, a pesquisa visa ilustrar, à luz das condições atuais, o contínuo entrelaçamento entre política e religião, evidenciando a configuração religiosa do Brasil. A partir desse exemplo, o projeto também destaca a fragmentação política no país, utilizando uma visão macro e abordando diversos fenômenos, como discursos, territorialidades e as dinâmicas das lideranças de cada segmento religioso e político presente na pesquisa.

Assim, busca-se discutir como a esfera religiosa impacta a política, exemplificando com o próprio PT, que ganhou força a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), cujos fundadores eram predominantemente católicos influenciados pela Teologia da Libertação - TL. A análise se concentrará no estado do Paraná durante o período das eleições de 2024.

Em virtude dos exemplos apresentados, a relevância deste trabalho é evidente, já que busca mostrar como se desenvolvem os processos de apropriação religiosa nas eleições municipais no Estado do Paraná em 2024, especialmente com instituições religiosas. O estudo levanta as narrativas e os momentos em que os diferentes poderes interagem. Ademais, essa pesquisa é justificável por ser inédita e de grande relevância para o debate no campo da geografia.

Focando no contexto do Paraná, a análise destaca a realidade do poder executivo municipal, explorando as relações sociais, econômicas e outros interesses compartilhados entre os poderes, essenciais para a manutenção do contato.

Essa dinâmica revela características associadas aos partidos políticos, bem como suas principais ideologias e bandeiras. Existem grupos que facilitam essa situação, incluindo o agronegócio e a bancada religiosa (composta por evangélicos e católicos conservadores), que contribuem para a formação de votos no Partido Liberal (PL). Por outro lado, os eleitores do Partido dos Trabalhadores (PT) são influenciados por movimentos sociais oriundos de áreas metropolitanas, junto à Igreja Católica, que se apresenta sob uma perspectiva mais voltada para as pastorais e questões individuais.

Também são mencionadas as religiões de Matriz Afro-Brasileiras e Ameríndias, especialmente nas regiões onde os grandes proprietários de terras do agronegócio ainda não exercem um controle pleno.

A Geografia do Voto constitui um ramo da ciência geográfica que procura entender

a disposição dos votos entre vários grupos sociais e partidos políticos. Este tema aborda as definições desse campo de estudo, assim como alguns fatores que impactam essa análise.

Nesse sentido, de acordo com Santos (2015), a Geografia do Voto começou a se desenvolver no Brasil visando identificar padrões na distribuição de votos durante eleições, buscando descobrir se existe uma relação entre a quantidade de votos que um candidato, partido ou coligação recebe e determinadas características territoriais.

O autor cita, como ilustração de características territoriais, a análise das bases sociais que sustentam a eleição de determinados candidatos, o que torna essencial a sua compreensão.

Entretanto, Carvalho (2003) amplia essa visão, esclarecendo que a Geografia do Voto abrange muito mais do que a mera relação entre votos e fatores socioeconômicos. De fato, segundo o autor, os primeiros estudos realizados no Brasil direcionados a esse campo surgiram a partir de preocupações em relação ao sistema eleitoral e às questões de representação.

Para Ribeiro e Souza (2010, p.6):

Nos estudos desenvolvidos no Brasil, a ênfase tem recaído sobre os efeitos que as leis eleitorais apresentam no formato competitivo presente em cada unidade de representação onde a competição se realiza. Segundo essa interpretação, as regras eleitorais brasileiras, ao realizar a combinação entre sistema proporcional e voto personalizado, produziram resultados imediatos no padrão territorial de competição política, marcado profundamente por uma relação clientelista entre os deputados e suas bases eleitorais, que induziram os parlamentares a ações legislativas voltadas para políticas de cunho localista, de forma a conquistar os eleitores territorialmente estabelecidos.

Dessa forma, o conceito de Geografia do Voto é amplo, englobando análises tanto sobre regiões com alta concentração de votos e fatores socioeconômicos, quanto sobre o perfil dos eleitores e as bases de apoio dos candidatos. Na próxima seção, serão apresentadas as perspectivas ideológicas e simbólicas que contribuem para a formação do território religioso.

2 CONCEITUANDO AS TERRITORIALIDADES RELIGIOSAS NA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

A análise da religião pela ciência geográfica tem como base a perspectiva cultural e como ponto principal os fenômenos do sagrado e profano, como disserta Eliade (1992). Segundo o autor, “[...] o homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano” (ELIADE, 1992, p. 19). Deste modo, “[...] para o homem religioso, o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta rupturas, quebras;

há porções de espaço qualitativamente diferentes das outras” (ELIADE, 1992, p. 19).

Assim, a religião constrói um mundo simbólico com diferentes ritos e características, edificando os espaços sagrados. A análise da religião pela ciência geográfica é formada por um enquadramento do fenômeno religioso, visando ao locacional e ao empírico, mas existem outras dimensões para analisar a dinâmica religiosa. Entre elas estão as crenças em uma realidade sobrenatural, que não é visível no espaço geográfico material, mas que se torna a base do fenômeno religioso.

A abordagem atual da geografia para o fenômeno religioso não analisa algumas dimensões - visando aos enquadramentos locais - formando uma barreira que faz com que a pesquisa esteja incompleta, pois o sobrenatural faz parte do fenômeno religioso.

Como afirma Chris Park (1994, p. 01-03):

a geography that ignores what we might call “the supernatural” neglects some of the most deeply rooted triggers of human behavior and attitudes, is blind to some critical dimensions of humanity and overlooks some profoundly significant implications of geographical patterns of human activity and behavior.

O fenômeno religioso e a ciência geográfica são saberes humanos diferentes, mas com muitos pontos em comum. Isso porque ambos demonstram ações humanas no espaço, e as religiões edificam sistemas culturais (simbólicos/ideológicos) que demonstram relações dos seres humanos no espaço. Já a análise geográfica busca a compreensão das ações humanas, visando a auxiliar com meios de organização do espaço.

O contexto da Geografia da Religião no Brasil está relacionado ao primeiro departamento de geografia, criado em 1934 na Universidade de São Paulo (USP). Isso permitiu que a geografia acadêmica desenvolvida na USP trabalhasse com a produção cultural religiosa há cerca de 90 anos.

Este fato na USP teve influência da escola francesa, sendo o seguimento conhecido como a inspiração da Geografia do Brasil, demonstrando a conexão dessa escola com o meio acadêmico nacional. Cabe salientar que os conteúdos culturais religiosos passavam por uma censura quando eram abordados estudos regionais.

Maria da Graça Mouga Poças Santos (2006) afirma que a Geografia da Religião, como existe atualmente, iniciou-se em meados da década de 1950, tendo como base os conhecimentos geográficos formais, nos quais as religiões serviam de base para a compreensão das realidades espaciais.

Há, também, dois centros de pesquisa em escala nacional. O primeiro é o Núcleo

de expressividade nacional, criado em 1993 pela professora doutora Zeny Rosendahl, no departamento de geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O núcleo tem uma ligação com a base teórica do professor romeno Mircea Eliade, que influenciou Rosendahl, destacando a análise do Espaço Sagrado e Profano de uma forma nacional. O segundo centro de estudos é o núcleo fundado pelo professor doutor Sylvio Fausto Gil Filho em 2003, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). O núcleo tem relação com a abordagem fenomenológica e a compreensão da imaterialidade pautada em diversas ciências.

No Brasil, do final do século XX ao início do século XXI, houve uma construção estrutural para a aplicação e desenvolvimento da Geografia da Religião, como os núcleos de pesquisa, a exemplo do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre o Espaço e Cultura (Nepec), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ e do Núcleo Paranaense de Pesquisa em Religião (Nupper), Universidade Federal do Paraná - UFPR. Além deles, é importante mencionar revistas e eventos, como congressos, encontros e simpósios, que contribuem para valorizar, assim, as pesquisas sobre religião, dando espaço para o debate e construção da Geografia Cultural e suas subáreas. Assim, a Geografia da Religião só foi assegurada como ciência. Como evidência, Rosendahl (1996, p. 24),

[...] os geógrafos da religião ganham ânimo em penetrar em esferas potencialmente férteis, embora ainda não conquistadas, principalmente no Brasil, de compreender o sentido que a realidade dá à razão humana, bem como a vivência e a prática religiosa como caracterizadoras dos espaços geográficos.

Segundo Gil Filho (2006), as ações humanas sobre o espaço, a fim de entendê-lo, refletem um modo de pensar, remetem às questões religiosas que buscam um sentido para este mundo: o propósito divino. Da mesma forma, as ações religiosas compartilham de questões geográficas, como as maneiras e estratégias de dispersão de sua fé ou as territorialidades exercidas por certas instituições. Assim, ainda nos dizeres do autor:

O homem no seu processo de adaptação com o meio marca a terra a partir de seu pensamento atribuindo sentido às realidades naturais e sobrenaturais. Deste modo o *homo faber sapiens* torna-se o *homo religiosus*. Em razão deste aspecto é necessário que uma parte da Geografia Humana estude o homem sob à influência da religião, ou seja, uma Geografia das Religiões (GIL FILHO, 2007, p. 208).

Para uma contextualização maior, e dentro das discussões da Ciência da Religião, é importante atentar também para as considerações de Frank Usarski (2006, p. 125-126) sobre a noção de religião se divide em quatro elementos:

“Primeiro, religiões constituem sistemas simbólicos com plausibilidades próprias. Segundo, do ponto de vista de um indivíduo religioso, a religião caracteriza-se como a afirmação subjetiva de que existe algo transcendental, algo extra-empírico, algo maior, mais fundamentalmente ou mais poderoso do que a esfera que nos é imediatamente acessível através do instrumentário sensorial humano. Terceiro, religiões se compõem de várias dimensões: particularmente temos de pensar na dimensão da fé, na dimensão institucional, na dimensão ritualista, na dimensão da experiência religiosa e na dimensão ética. Quarto, religiões cumprem funções individuais e sociais”.

Paul Fickeler (2008, p. 7) também ressalta que “os fenômenos religiosos aparecem em relação real com a superfície terrestre, podendo ser, portanto, estudados geograficamente”. O autor ainda destaca que,

As relações entre religião e ambiente são mútuas, de forma que sua investigação pode ser orientada por dois enunciados principais: como o ambiente, incluindo o povo, a paisagem e o país, afetam uma forma religiosa? E como, reciprocamente, uma forma religiosa afeta um povo, uma paisagem e um país?.

Conforme Rosendahl (2011, p. 9), “[...] as práticas religiosas imprimem na paisagem marcas fortemente relacionadas com os aspectos culturais da comunidade, de tal modo que o espaço pode ser percebido conforme os valores simbólicos que ali estão representados”.

O Brasil teve, em sua formação, uma relação direta com as instituições religiosas, como a Igreja Católica, as Igrejas Protestantes e Pentecostais, as religiões de matriz africana - que acabaram desenvolvendo uma cultura -, e as religiões de matriz ameríndia, tendo como base as religiões e os diferentes modos de crer, ser e estar no espaço.

Rosendahl (2010, p. 12) ainda salienta que “[...] É possível dizer que a geografia no Brasil, na década de 1980, esteve excessivamente influenciada pelo materialismo histórico e dialético aprendido, em muitos casos, de forma superficial e com equívocos”. Atualmente, esse modo de pesquisa é diferenciado, pois não visa somente a um grupo, mas às crenças em suas diferentes territorialidades. Ciente disso, Rosendahl (2011, p. 185) afirma que:

A pesquisa geográfica sobre a religião produzida nos últimos dez anos enfatiza a perspectiva cultural, na qual são ressaltados dois pontos centrais: o sagrado e o profano. Parece necessário dar continuidade a essa perspectiva, aprofundando, porém, a análise das dimensões econômicas, políticas e do lugar, que relacione o sagrado e o profano à sociedade e ao espaço.

A pesquisa amparou-se na classificação geográfica de território e territorialidade, pois auxilia a compreensão no campo da Geografia Cultural por meio do ordenamento e poder sobre o território, também no âmbito da Geografia da Religião, pelas diversas territorialidades

de diferentes instituições e culturas no espaço.

Mesmo havendo uma relação entre política e território, suas discussões não são tão simplificadas, pois o território pode sofrer tanto com o Poder Político, quanto com o Poder Simbólico e com o Econômico. Além disso, toma-se como exemplo o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que traz em um estudo sobre uma correlação entre os vínculos de aproximação entre o sujeito e o solo por meio de questões religiosas e psicológicas.

Segundo Souza (1995, p. 96), o “[...] território como espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Ainda para o autor, “[...] territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter experiência periódica, cíclica” (SOUZA, 1995, p. 81). O território é multifacetado e não se limita apenas ao viés político, mas assume um nível econômico e cultural, principalmente quando se vincula a grupos religiosos, étnicos, dentre outros. Um exemplo da dimensão política no território religioso é a Igreja Católica Apostólica Romana, pois se caracteriza como uma unidade político-espacial, tendo no Vaticano sua sede, onde aparece a autoridade máxima, realizada por um religioso - o Papa.

Para Rosendahl (1996, p. 59), um exemplo de território religioso que expressa sua característica é o catolicismo, pois “[...] uma organização complexa como a Igreja Católica Romana desenvolveu exemplos notáveis do uso da territorialidade em diferentes espaços, durante o longo tempo de história”.

O território religioso também é composto pela hierarquização espacial dos lugares sagrados, como evidência Rosendahl (1996, p. 59), quando afirma que os “[...] espaços apropriados efetiva ou afetivamente são denominados territórios”. Assim, existem diversas classes na organização da Igreja Católica: capelas, paróquias, santuários (espaço/território - sagrados), dioceses e arquidioceses (região administrativa e território).

Desse modo, as ordens partem do Vaticano (Papa) para os demais níveis hierárquicos inferiores da política-administrativa da gestão religiosa: a arquidiocese (Arcebispo), a diocese (Bispo) e, por fim, as paróquias e capelas (Padres, Monges, Freiras). Por isso, o geógrafo necessita entender o fenômeno religioso e a “[...] poderosa estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas sobre territórios que a religião se estrutura enquanto instituição, criando territórios seus” (ROSENDAHL, 1996, 56).

Deste modo, para Rosendahl (1996), quando analisamos a categoria do território no viés religioso, é preciso considerar o território religioso, que são as dimensões políticas de uma instituição ligadas à questão da hierarquia. Já a territorialidade é dotada de simbologia, tendo uma relação com o sagrado, e a territorialização são as formas como as espacialidades em que

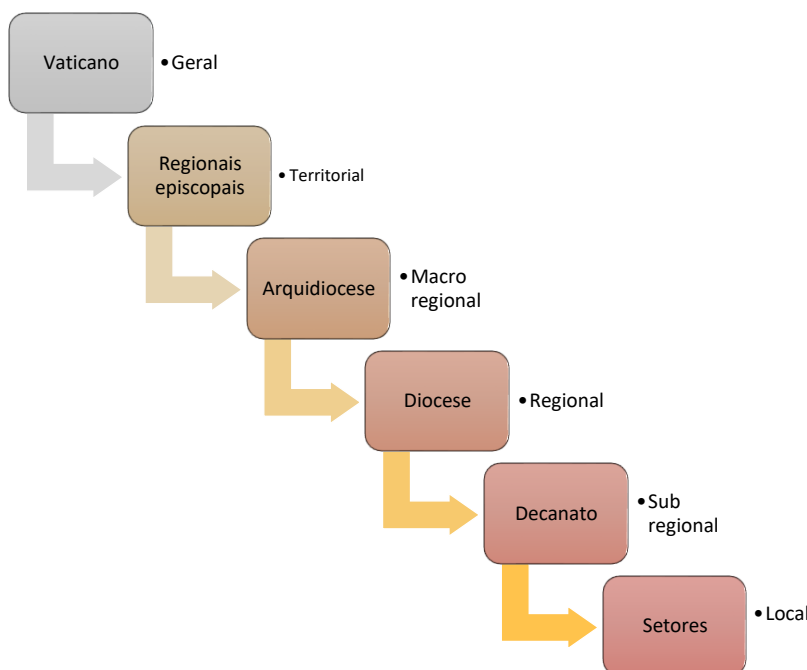
a instituição religiosa atua.

Segundo a leitura de Gil Filho (2008, p. 122), a territorialidade católica é o “[...] palco da ação institucional, da gestão e da apropriação do sagrado no que tange à sociedade na totalidade”. O autor cria dois conjuntos de territorialidade: as estruturas de base e as derivadas.

Assim sendo, obtendo como base a territorialidade Católica - que diz respeito à conjuntura da área de pesquisa - é possível fazer uma sequência de escalas do nacional ao local, para exemplificar, como é complexa e detalhada a hierarquia institucionalizada que organiza a Igreja Católica nas diversas territorialidades em que ela atua.

Inicialmente, as regiões episcopais tiveram relação direta com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em outubro de 1952. Na época, foi a terceira conferência episcopal do mundo. A CNBB visa salientar a necessidade da organização pelos bispos, que em pouco tempo conquistou uma posição fundamental na igreja brasileira, assumindo o papel de porta-voz da hierarquia eclesiástica (Figura 1). Mantendo, também, uma relação com o governo (poder político).

Figura 1 - Hierarquia organizacional das territorialidades da Igreja Católica



Fonte: o próprio autor (2025).

Retomando a conceituação da categoria geográfica, de acordo com Santos (2000, p. 96),

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O

território é o chão e mais população, isto, é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

Para Rosendahl (2004 p. 3), os “[...] lugares sagrados são áreas separadas por limites, constituindo-se em território religioso, onde o efeito do poder sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo”.

Segundo Haesbaert (2006, p. 93), “[...] a territorialidade, como um componente de poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico” por meio dos significados. Nessa perspectiva, o território é constituído por significados, símbolos e imagens de segmentos espaciais que delimitam o espaço para um controle, seja por agentes sociais, seja por empresas, instituições religiosas ou o Estado. Ainda para o autor (2007, p. 25),

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas "algo abstrato", num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto "imagem" ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado como no conhecido exemplo da "Terra Prometida" dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente.

Dessa forma, é necessário o entendimento do fenômeno religioso no território para dissertar sobre territorialidade religiosa, que está relacionada às práticas realizadas pelas instituições que visam controlar um território, em que o poder do sagrado (simbólico/ideológico) faz surgir uma identidade de fé e um sentimento de pertencimento ao território.

Já para Marcos Aurelio Saquet (2015), o território sagrado tem relação com a atuação das igrejas (religiões) e com as ações políticas, como ocorre em Jerusalém e Roma, ou como aconteceu por meio da implantação do fascismo e do nazismo, baseada em relações de controle e influência política e/ou sagrada. Sendo assim, para o autor, “[...] a territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades” (SAQUET, 2009, p. 83). De acordo com Souza (2015, p. 56),

As razões e motivações para conquistar ou defender um território podem ser

fortemente ou até primariamente de cunho cultural ou econômico; é óbvio que não são, sempre, de ordem “estritamente” política. Aliás a própria separação entre político, cultural e o econômico, da maneira como amiúde é feita, tem muito de cartesiana, de artificialmente preocupada em separar aquilo que é distinguível, mas não propriamente separável.

Sendo assim, se faz necessário compreender A totalidade do território e seus aspectos diversos que os formam, sem um freio epistemológico e/ou conceitual, por exemplo, a Geografia da Religião. Pois a análise da religião, nesse meio tempo, teve um avanço na sociologia, com Max Weber, Durkheim, dentre outros. O fato é que a ciência geográfica europeia se amparou nesse estudo já no final do século XIX. Enquanto a ciência geográfica limita e/ou divide essa área, deixando o modo de pesquisa arcaico e ultrapassado, não levando em consideração outros teóricos, agentes e fenômenos. Como afirma Rosendahl (1996, p. 22),

A reflexão teórica marxista foi aplicada aos problemas sociais e aos de ação política de transformação da sociedade em direção ao socialismo. O procedimento rigorosamente materialista de análise em busca de novas forças que realmente moviam a sociedade levou os geógrafos críticos a marginalizar as questões religiosas de seus estudos. Em realidade, o materialismo histórico e dialético é ateu, isto é, diferentemente de considerar a existência de Deus uma questão científica, como no positivismo, admite plenamente, com base na visão materialista, a inexistência de Deus.

Ao analisar Geografia da Religião e/ou Geografia do Voto, é possível observar inúmeros fatores e fenômenos que movimentam diversas dinâmicas em suas territorialidades. Inicialmente, pontuando a especificidade de cada seguimento, para posteriormente observar e/ou constatar as conjunturas elaboradas através desta relação.

Conforme a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a instituição responsável pela atividade da Igreja Católica no país, afirma que:

No decorrer da história do cristianismo, Fé e Política sempre estiveram juntas. Os cristãos, fiéis aos ensinamentos da Bíblia, entendiam que a Fé tinha que se desdobrar em ações sociais e políticas que interferissem na organização da sociedade. O que se discute na atualidade é a forma como se articula Fé e Política e suas consequências. Os profetas foram cristãos, políticos críticos das injustiças e dos explorados. No Brasil, a Igreja tem incentivado a participação efetiva dos cristãos em conselhos paritários, grupos, movimentos e organizações coletivas que visem à transformação da sociedade, pela via da ação política. Quem segue Jesus compromete-se com sua causa: a construção do Reino de Deus, e essa construção passa pela ação política. (CNBB, 2022).

Assim, são nas territorialidades onde são edificadas as afetividades e a identidade do sujeito, assim como a correlação entre os poderes, dado pelo fato que nem um sujeito é somente de um “grupo”, na sociedade, ou seja, o sujeito religioso também se identifica com

agente político, como membro de um grupo de atletismo, de uma comissão econômica de seu município, assim se explica o comportamento, onde os agentes e as suas relações são dinâmicas e múltiplas, tendo ligação direta com os resultados políticos das últimas eleições, compreendidos com base nos discursos que se amparam nos poderes simbólicos/ideológicos (religião) para angariar votos ao poder político.

Na próxima, seção serão apresentados os agentes que fomentam essa relação que edifica a sociedade atualmente, do meio religioso para o meio político. Destacando o movimento religioso católico que atualmente contribui para o sucesso eleitoral de políticos que se apropriam da comunidade religiosa.

3 CORRELAÇÃO ENTRE OS PODERES E O TERRITÓRIO: RCC - RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA, UM AGENTE QUE FOMENTA ESSA INTERAÇÃO

A renovação no catolicismo é uma nova forma de prática que não separa os movimentos já existentes na igreja, como as pastorais e comunidades terapêuticas. É uma experiência espiritual focada no indivíduo.

A Renovação Carismática Católica (RCC) começou em 1967 nos Estados Unidos e chegou ao Brasil em 1970, através do Pe. Daniel Kiakarski. Em 1972, o Pe. Eduardo organizou grupos de oração em Belo Horizonte. Esses grupos se espalharam pelo Brasil, especialmente entre jovens que se reuniam para louvar e meditar nas Escrituras. Tia Laura, uma participante com dons de cura, foi importante na formação de líderes da RCC. (RCC, 2021).

Atualmente, a localidade faz parte de um roteiro turístico, denominado Vale da Fé, composto pelos municípios de Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lagoinha, Lorena, Piquete, Potim, Roseira e Tremembé. Tendo a BR-116 no trecho conhecido com a rodovia Presidente Dutra.

A RCC cresceu com muitos Grupos de Oração e Novas Comunidades, mostrando a ação do Espírito Santo com várias iniciativas sociais e de evangelização, como nas mídias sociais, música e literatura. O foco na pobreza fortaleceu sua presença nacional, alinhando-se ao movimento da Teologia da Libertação, que promovia uma igreja em saída.

Na década de 1970, a Igreja enfrentou o desafio de manter o controle sobre a crescente população brasileira e a diversidade de cultos urbanos. No final da década, movimentos evangélicos pentecostais tiveram um grande impacto. O número de padres em relação à população também mudou, aumentando de seis mil e duzentos habitantes por padre

na década de 1960 para dez mil em 1978, evidenciando uma pressão demográfica maior que a fragmentação do Cristianismo, que se tornou uma preocupação na década de 1990.

O pluralismo religioso cresceu no final do século XX, incluindo cristianismo, religiões afro e ameríndias, judaísmo e religiões orientais, além de movimentos esotéricos nas cidades grandes.

Na década de 1970, a secularização se relacionou com movimentos sociais e políticos, levando a uma postura anticlerical quando radical. A Igreja no Brasil enfrenta a modernidade, destacando uma identidade cultural que não se adequa aos meios tradicionais, buscando uma abordagem flexível.

A Renovação Carismática Católica (RCC) surgiu após o Concílio Vaticano II e foca na conexão pessoal com Deus, envolvendo leigos. Ao longo dos anos, a RCC criou conselhos para discutir política, promovendo a conscientização dos fiéis sobre seus direitos de voto. Um documento importante da RCC sobre a eleição de 2006 enfatiza a “caridade social” e critica práticas como a compra de votos e a corrupção, refletindo a preocupação política de uma maioria de seus membros da classe média.

A Renovação Carismática Católica (RCC) tem um papel importante na reflexão sobre a fé e na reavaliação da política no Brasil. Este grupo é mais educado que outros na Igreja, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e suas preocupações políticas estão ligadas a valores morais e religiosos. Enquanto as CEBs focam em questões sociais, como reforma agrária e direitos dos indígenas, a RCC acredita que deve se engajar na política para construir uma sociedade justa.

A RCC também motiva seus membros a se candidatarem a cargos políticos, com a condição de que sigam as diretrizes do movimento. Baseando-se em documentos do Vaticano, a RCC apoia a participação política, mas somente após avaliar o alinhamento dos candidatos com seus valores. Em 1997, o coordenador nacional afirmou que a fé deve incentivar a solidariedade e a participação na política para promover ideais cristãos.

Tendo como base teórico Reginaldo Prandi (1997), destaca que a principal meta da Renovação Carismática Católica (RCC) é a transformação espiritual, sem se deixar levar demais pelas questões sociais. Ele observa que é importante ter cuidado para a política não invadir o movimento, embora a relação entre RCC e política já exista.

Já Branda Carranza (1998) salienta que a RCC se preocupa em manter os valores católicos no espaço público, criando leis baseadas nos princípios da Igreja. Julia Miranda (1999) aponta que a visão política da RCC começou a mudar em 1993 com a criação de secretarias

nacionais, levando a várias iniciativas em 2004, 2014 e 2018 que impactaram o ministério sobre Fé e Política.

A RCC busca resgatar o catolicismo como um valor importante na política, querendo que a Igreja ajude a sociedade por meio de sua atuação política. Assim, no Paraná, especificamente na porção norte do Estado, inúmeros deputados, como Evandro Araújo, natural de Altônia, Diego Garcia, originário de Andirá, e uma diversidade de prefeitos e vereadores que obtiveram sucesso eleitoral através da relação como o movimento nas últimas duas décadas.

Assim, identificamos inúmeros municípios com candidatos envolvidos no movimento que obtiveram sucesso eleitoral, nas últimas eleições (2022-2024), no Norte do Paraná. Evidenciando a tradição política que essa região possui, tendo no Norte Pioneiro, sete prefeitos eleitos e um deputado, no Norte Central, com quatro prefeitos (as), no Noroeste, um deputado e nos Campos Gerais um prefeito. Portanto, é possível afirmar que a RCC exerce uma influência significativa nas questões políticas, visto que os candidatos obtêm votos dos próprios integrantes do movimento e da instituição religiosa.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O texto destaca a influência do poder político na organização da sociedade, nas relações comerciais e nos territórios, considerando o impacto das formações culturais e ideológicas dos indivíduos. Ao examinar o tradicionalismo católico e o fundamentalismo evangélico na política brasileira, nota-se um conservadorismo nos discursos de candidatos de direita, apoiados por líderes religiosos, pastores e padres da Renovação Carismática Católica (RCC). Essa união das tradições religiosas mostra uma harmonia nas pautas políticas. A RCC se destaca como um movimento sociopolítico relevante no Brasil, com o poder político e religioso se interligando, permitindo uma análise conjunta e separada de suas características e peculiaridades.

REFERÊNCIAS

- CARRANZA, Branda, **Renovação Carismática Católica: origens, mudanças, tendências**. Dissertação (mestrado em sociologia) Unicamp, 1998.
- CARVALHO, Nelson Rojas. **Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Documentos da CNBB (1999)**.

Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/documentos-e-referencias-bibliograficas/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

_____. **Fé e Política (2020)**. Disponível em: <https://cnbbo2.org.br/fe-e-politica/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (2018). **Eleições 2018:** bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado. Disponível em: <<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. (Tradução Rogério Fernandes). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FICKELER, Paul. **Questões Fundamentais na Geografia da Religião**. Espaço e Cultura. Edição Comemorativa (1993 - 2008). Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC. 2008.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Estruturas da Territorialidade Católica no Brasil**. Scripta Nova - Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales, Universidad de Barcelona. Vol. X, nº 205, 2006.

_____. **Espaço sagrado:** estudos em geografia da religião, Curitiba, Ibpx, 2008.

GOTTMANN, Jean. **The Evolution of the Concept of Territory**. Social Science Information, 1975, V. 14, n. 3-4, p. 29-47.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Território e multiterritorialidade:** um debate. Rio de Janeiro: Revista GEOgraphia - UFU, Vol. 9, nº 17, 2007.

MIRANDA, Julia. **Carismas, sociedade e política:** novas linguagens do religioso no político. Rio de Janeiro: Ano 1999.

PARK, Chris. **Sacred Worlds:** an introduction to geography and religion. London: Routledge, 1994.

PRANDI, Reginaldo. **O sopro do Espírito**. Edusp, São Paulo 1997.

RATZEL, Friedrich. **O Solo, a Sociedade e o Estado. (1898-1899)**. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, Brasil, v. 2, p. 93-101, 2011. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rdg/article/view/47081/50802>. Acesso em: 25 jul. 2023.

RCC - RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA. **A RCC do Brasil (2021)**. Disponível em: <https://rccbrasil.org.br/institucional/a-rcc-dobrasil.html>. Acesso em: 21 set. 2024.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião:** uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: UERJ - NEPEC, 1996.

_____. A Territorialidade da Igreja Católica no Brasil - 1800 e 1930. In: **VI Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões:** desafios, problemas, e avanços teóricos metodológicos e historiográficos, 6. 2004, Franca, SP, Anais. Franca, SP: UNESP, 2004.

_____. Conferência NEPEC: local onde fluem as ideias e se escreve sobre elas. In: ROSENDAHL, Zeny. **Trilhas do sagrado**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

_____. Espaço cultura e religião: dimensões de análise. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

RIBEIRO, A. C. T. **Outros territórios, outros mapas**. OSAL - Observatório Social de América Latina. Buenos Aires, 2005, n. 16, p. 263-272.

RIBEIRO, Paulo Sérgio dos Santos; SOUZA, Carlos Augusto da Silva. Padrões Geográficos de Competição Eleitoral no Estado do Pará. In: **Anais 2º Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da região - SBS NORTE**. Universidade Federal do Pará. Belém, 2010. Disponível em: <<http://www.sbsnorte2010.ufpa.br/site/anais/ARQUIVOS/GT4-571-460-20100831215053.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SANTOS, Diego. Alberto dos. Geografia do voto: breves apontamentos. In: **Anais - I Seminário Internacional de Ciência Política:** estado e democracia em mudança no século XXI. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, set. 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/DiegoSantos.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2023.

SANTOS, Maria da Graça Mougá Poças. **Espiritualidade, Turismo e Território:** Estudo

Geográfico de Fátima. Estoril: Principia, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem Territorial. In SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, Marcelo J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (org). **Geografia: conceitos e temas**. 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77 - 116.

_____. “Territórios” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M; SPOSITO, E. (Orgs.). **Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Consequência Editora. 2015.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral (2022). **Resultados**. Disponível em: <<https://tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/divulgacao-dos-resultados-das-eleicoes-2022>>.

Acesso em: 12 nov. 2023.

USARSKI, Frank. **Constituintes da Ciência da Religião**: cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma. São Paulo: Paulinas, 2006.

* * * * *